

# Relatório do Grupo PPE

Número 2 / Fevereiro de 2011



## Patentes europeias rumo a uma Europa mais competitiva

Criar uma patente europeia única é uma das iniciativas emblemáticas do mercado interno. Apesar de a propriedade intelectual ser o único recurso sustentável na Europa, a sua protecção ainda carece de unificação, pois continua fragmentada. Logo, na Europa as patentes custam mais caro do que noutros mercados concorrentes, designadamente nos EUA, na China ou no Japão. Os debates em torno de uma patente europeia decorrem há quase 3 décadas, e a mais recente proposta da Comissão Europeia reporta-se ao ano de 2001. O motivo pelo qual a UE ainda não conseguiu estabelecer um sistema de patentes transfronteiras prende-se com um diferendo entre Estados-Membros quanto ao regime linguístico aplicável; terão os pedidos de novas patentes de ser apresentados em todas as línguas da União Europeia?

Esta semana, o Parlamento Europeu decidiu dar luz verde a um regime linguístico restrito, estipulando que o pedido de patente seja apresentado em inglês, francês ou alemão. Vinte e cinco Estados-Membros, com a excepção da Itália e Espanha, manifestaram-se dispostos a integrar o chamado procedimento de “cooperação reforçada”. Com a aprovação do Parlamento Europeu, até ao final deste ano poderá então ser criado, na UE, um sistema de patentes mais racional numa óptica de custos e mais competitivo.

*Thomas Bickl*

## **Egipto: mensagem visa reformas em todo o mundo Árabe**

***Eva Mitsopoulou***

"A retirada de Hosni Mubarak marca a transição para a democracia pluralista em resposta às aspirações do povo egípcio", referiu o Deputado Ioannis Kasoulides (Chipre), na sua qualidade de Vice-Presidente do Grupo do PPE, por ocasião do debate sobre a situação no Egipto realizado na última sessão plenária do Parlamento Europeu.

Na sua intervenção perante o Plenário, Ioannis Kasoulides destacou que agora, durante um curto período de tempo, as Forças Armadas Egípcias têm a responsabilidade de encaminhar o país para o estabelecimento genuíno de uma democracia, de um Estado de direito, de um sistema judiciário independente, de uma boa governação e responsabilização nos casos de presumível corrupção.

"Cabe à liderança militar não desapontar a juventude que esteve na primeira linha das manifestações e cujos representantes deverão ser chamados a desempenhar um papel no processo de transição", acrescentou o eurodeputado Kasoulides.

Ioannis Kasoulides realçou a forte mensagem propalada pelo povo egípcio dirigida ao mundo árabe no seu conjunto. "Os países árabes são nossos parceiros; não temos qualquer veleidade paternalista nem tencionamos impor seja o que for a partir do exterior. Assim, o teor da mensagem a dirigir-lhes, como emitida pelos Egípcios e Tunisinos, é: REFORMAR e reformar JÁ. Democratizar, governar bem, combater a corrupção ou enfrentar a ira dos povos", concluiu.

Durante o debate em Plenário, houve também uma chamada de atenção para os compromissos assumidos pelo Supremo Conselho Militar no sentido de rever a Constituição, realizar eleições legislativas e presidenciais, honrar tratados e obrigações internacionais e limitar a seis meses a permanência do poder militar. De igual modo, foi apontada a existência de relatórios focando os primeiros passos dados até à data. A par disso, a proposta de revisão constitucional deverá ser entregue no prazo de 10 dias e submetida a escrutínio popular nos próximos 2 meses, abrindo assim o caminho para a realização de eleições democráticas, livres e justas até ao final do ano.

A resolução aprovada pelo Parlamento Europeu, reunido em Plenário, encerrou o debate relativo à situação no Egipto, expressando a sua solidariedade para com o povo egípcio, aclamando a sua coragem e determinação e condenando firmemente o recurso desproporcionado à violência e à força contra os manifestantes.

## **Croácia merece em Junho recompensa pelos seus esforços**

***Lada Jurica***

Esta semana, o Parlamento Europeu aprovou o relatório relativo à Croácia, ao abrigo do qual sustenta que se aponte o próximo mês de Junho de 2011 para encerrar as negociações de adesão. Esta redacção assenta em alterações que foram apresentadas pelo porta-voz do Grupo do PPE para a Croácia, o Deputado Bernd Posselt (Alemanha), na Comissão dos Assuntos Externos do PE, e apoiada pela maioria do Parlamento Europeu, apesar das tentativas do Grupo dos Verdes para eliminar a referência a essa meta temporal.

Enquanto orador principal do Grupo do PPE sobre este assunto, Bernd Posselt salientou: "A Croácia está a percorrer os derradeiros metros das negociações de adesão à UE." Recordou o longo caminho trilhado pelo país rumo à sua integração europeia. "A Croácia vem erguendo a sua democracia há mais de 20 anos. Ainda que, um ano após a sua instauração, em 28 de Junho de 1991, se tenha dado o brutal ataque sobre Vukovar perpetrado pelo Exército Popular da Jugoslávia. Eu encontrava-me em Vukovar quando essa Europa embrionária que ali despontava foi destruída e milhares de pessoas ficaram sem as suas casas e viram as suas vidas ceifadas."

O Deputado Posselt declarou acompanhar há muito tempo a Croácia neste seu longo percurso, afirmando terem sido envidados esforços enormes. "Este relatório é uma questão de equidade; sem privilégios nem facilitismos, trata-se tão só de justiça para com a Croácia. O país está pronto para a adesão. Sem deixar de velar pelo cumprimento dos critérios, instamos a um tratamento justo, sem obstáculos artificiais."

"A Croácia enquadra-se num contexto histórico conjunto com a Eslovénia e a Hungria, mas, por algumas razões, não foi integrada na União Europeia na mesma altura, no rol dos países da Europa Central", concluiu Bernd Posselt.

Estima-se que a Croácia conclua as suas negociações de adesão em Junho, desde que preencha todos os critérios necessários. Caso esse calendário seja cumprido, este será o último relatório intercalar sobre a Croácia agendado pelo Parlamento Europeu. Depois, será a vez do Tratado de Adesão da Croácia. O Parlamento Europeu terá então a prerrogativa de ser o primeiro Parlamento a assinar o documento transformando a Croácia no 28.º Estado-Membro da União Europeia.

## **Medicamentos falsificados na UE: pôr cobro à epidemia silenciosa**

***Marion Jeanne***

"Este é o primeiro passo para se poder garantir quer a origem quer a qualidade dos medicamentos disponíveis na União Europeia", referiu a Deputada Françoise Grossetête (França), relatora pelo Grupo do PPE do dossier relativo aos medicamentos falsificados, na sequência da aprovação pelo Parlamento Europeu do relatório referente à directiva que visa combater os medicamentos falsificados. O plenário pronunciou-se a favor por esmagadora maioria (569 votos a favor, 12 contra, e 7 abstenções).

"Entram demasiados medicamentos falsificados nas nossas cadeias de abastecimento, como "assassinos silenciosos". Em finais de 2009, a União Europeia efectuou controlos aduaneiros que, em escassos dois meses, redundaram na apreensão de 34 milhões de comprimidos falsos!", referiu a eurodeputada.

"Pretendo deixar uma mensagem aos nossos cidadãos que tenham a tentação de comprar medicamentos através da Internet: as hipóteses de estarem a adquirir medicamentos falsos são superiores a 1 em cada dois. Quantos "vendedores de morte" se escondem por trás de redes criminosas!

Viagra falso, analgésicos falsos, anti-cancerígenos falsos, contrafacções que pouco ou nada contêm do verdadeiro medicamento, não curam doença nenhuma. Porém, quando a medicação ilegal contém alumínio ou arsénio, como acontece frequentemente, as consequências são fatais. Daí se preverem inspecções europeias, a que os produtores de substâncias activas deverão ser submetidos".

"Produzir medicamentos obriga as empresas, bem como todos os actores envolvidos na cadeia de abastecimento, a cumprirem um regime rigoroso. Para tal, há que identificar a responsabilidade de cada actor, desde os produtores até aos distribuidores, sem esquecer armazenistas, importadores paralelos, intermediários. Este regime também nos impõe que asseguremos a rastreabilidade de cada embalagem de medicamento receitado e, além disso, a aplicação de mecanismos de segurança contendo um número electrónico para garantir a autenticidade e a identificação individual de cada embalagem. Por fim, exige que sejam limitadas as sucessivas fases de reacondicionamento das embalagens que transitam pelos importadores paralelos.

Os farmacêuticos desempenham aqui um papel da maior relevância, constituindo um elo essencial da cadeia farmacêutica. Compete-nos zelar para que também eles adquiram medicamentos de qualidade."

## **Aumento dos preços dos bens alimentares: o Parlamento apela à acção**

***Cliona Connolly***

O Parlamento Europeu respondeu esta semana a preocupações relativas à segurança alimentar, com a aprovação de uma resolução sobre o aumento dos preços dos produtos alimentares. Mairead McGuinness (Irlanda) saudou o resultado positivo da votação: "Os géneros alimentícios devem estar disponíveis a preços considerados razoáveis para os consumidores, mas há também que garantir aos agricultores um nível de vida justo, que permita manter o sector agro-alimentar. Algo que ainda não foi conseguido pela União Europeia, apesar da Política Agrícola Comum, e deverá ser tratado no âmbito de futuras reformas", disse.

"À medida que a procura de alimentos cresce, enfrentamos o desafio de ter de produzir cada vez mais a partir de recursos naturais limitados. Devemos investir na agricultura, tanto no mundo desenvolvido como em desenvolvimento, para assegurar a produção alimentar. E temos de lidar com o impacto decorrente de episódios meteorológicos anormais e das alterações climáticas sobre a produção agrícola."

Os preços dos alimentos atingiram níveis máximos pelo sétimo mês consecutivo entre 2010 e 2011, níveis esses que são os mais altos desde que a FAO começou a monitorizar os preços dos alimentos, em 1990.

Os aumentos dos preços das matérias-primas são um factor destabilizador da economia mundial e têm desencadeado tumultos, nomeadamente na Argélia, na Tunísia e no Egipto.

A resolução destaca a necessidade de proteger os rendimentos das explorações agrícolas no sentido de assegurar a produção alimentar na União Europeia e a nível global. Propõe ainda um sistema mundial orientado para a constituição de reservas alimentares; aborda preocupações relativas aos excessos especulativos e exorta o G20 a coordenar a criação de mecanismos preventivos para conter a excessiva flutuação dos preços e a preparar regulamentação nesse sentido, destinada a combater a crise alimentar e agrícola.

## **Pensões europeias: necessidade de coordenação ao nível da UE**

***Françoise Verburg-Petit***

"Seguras, adequadas e sustentáveis são as garantias que almejamos dar aos cidadãos europeus relativamente às suas pensões. Impõe-se uma coordenação ao nível da UE, em particular à luz do cabal funcionamento do mercado interno, da Estratégia Europa 2020 e do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Não obstante, serão os Estados-Membros a manter a liderança", referiu Ria Oomen-Ruijten (Países Baixos) na apresentação do seu relatório sobre as pensões.

O envelhecimento populacional na generalidade dos Estados-Membros colocou os actuais regimes de aposentação sob grande pressão, a qual se agudizou com as crises económica e financeira. Lamentavelmente, nem todos os Estados-Membros puseram dinheiro de parte para as pensões.

A subida do desemprego, o abrandamento do crescimento, o avolumar dos níveis de endividamento nacional e a volatilidade dos mercados financeiros tornou mais difícil aos Estados-Membros a prestação das pensões prometidas.

Estes impactos, para além do subjacente desafio demográfico que agora impende sobre nós, significam que as difíceis reformas dos regimes de pensões não podem continuar a ser proteladas.

Segundo a Deputada Ria Oomen-Ruijten: "Muitos Estados-Membros já aumentaram a idade da reforma. É sensato analisar a relação entre idade da reforma e esperança de vida, mas é impossível impor uma idade de aposentação fixa à escala europeia porque existem grandes discrepâncias em termos de esperança de vida nos Estados-Membros. Por outro lado, advogo vivamente a implementação de medidas de incentivo à extensão da vida activa e de regimes de pensão flexíveis e adaptados."

Nos Estados-Membros em que as entidades patronais e os trabalhadores tenham poupado dinheiro para o efeito, o problema é menos premente. "Todavia, carece de maior rigor na solvência; uma boa supervisão também se afigura necessária."

Ria Oomen-Ruijten defende igualmente a portabilidade das pensões, que deve constituir um direito do trabalhador. Embora, ao mesmo tempo, e tendo em conta a diversidade e complexidade dos vários regimes existentes, as condições aplicáveis às transferências dos direitos inerentes às pensões apenas deveriam aplicar-se a contratos novos e após uma análise aprofundada das respectivas consequências.

## **Direitos dos passageiros: luz verde para os utentes de autocarros**

*Francesco Frapiccini*

O Parlamento Europeu deu luz verde final ao Regulamento sobre direitos dos passageiros de autocarros, com base num texto em relação ao qual o Parlamento e o Conselho chegaram a acordo no âmbito de um processo de conciliação em finais de 2010. Doravante, os 70 milhões de passageiros europeus que viajam de autocarro terão direitos, quase inexistentes até à data, sobretudo comparativamente aos demais transportes de passageiros nos sectores aéreo, ferroviário e marítimo.

O presente texto reforça os direitos dos passageiros em termos de reembolso, assistência em caso de acidente, cancelamentos, atrasos, prestação acrescida de informação e apoio a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A nova legislação foi concebida, de acordo com o princípio da subsidiariedade, para trajectos superiores a 250 km efectuados de autocarro, apesar de prever uma série de direitos básicos para carreiras mais curtas (relativamente às distâncias inferiores a 250 km, providencia doze direitos básicos, designadamente para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida). No caso de ocorrências como perda ou dano da bagagem, os passageiros terão igualmente direito a uma indemnização. Prevê ainda a prestação de assistência em situações de atraso ou interrupção da viagem, como já vigora no caso dos comboios ou dos aviões. Havendo atrasos ou cancelamentos superiores a duas horas, os passageiros serão ressarcidos ou ser-lhes-á facultado um modo de transporte alternativo.

"Estou deveras satisfeito com a aprovação deste texto. Iremos agora dispor de uma legislação moderna que protege aqueles que viajam de autocarro e proporciona uma protecção especial às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, levando ainda em conta o caso particular de empresas do sector que, por serem PME, dispõem de meios financeiros limitados", concluiu Antonio Cancian (Itália), na sua qualidade de relator sobre a matéria.

## **Veículos comerciais ligeiros: novas normas da UE relativas a emissões**

***Thomas Bickl***

Dentro em breve os veículos comerciais ligeiros (VCL) passarão a estar sujeitos a normas específicas em matéria de emissão de gases com efeito de estufa. Esta semana o Parlamento Europeu validou uma nova regulamentação europeia introduzindo limites máximos de CO<sub>2</sub> até 2014. As novas normas pretendem fomentar a inovação e a competitividade dos fabricantes europeus. "As tecnologias verdes têm de ser integradas nos veículos, cujos preços devem continuar acessíveis. Seja como for, isso significa poupanças substanciais em termos de custos de funcionamento, pois induzirá uma redução do consumo de combustíveis de cerca de 25% até 2020", disse a Deputada Anja Weisgerber (Alemanha), responsável no Grupo do PPE pelo tema das normas referentes às emissões dos veículos comerciais ligeiros.

A partir de 2014, 70% dos novos veículos comerciais com tara até 3,5 toneladas terão de respeitar uma emissão média máxima de 175 gramas de CO<sub>2</sub> por quilómetro. Percentagem que aumentará para 75% em 2015, e para 80% em 2016. A partir de 2017, todos os novos veículos comerciais ligeiros terão de cumprir esse limite. Em 2020, o limite será reduzido para 147 gramas. Caso um fabricante não cumpra os limites, ser-lhe-á aplicada uma coima de 95 euros por grama e veículo. "Temos de reduzir a emissão de gases com efeito de estufa das carrinhas e veículos comerciais ligeiros de forma a conter com êxito o aquecimento global. O limite dos 147 gramas é simultaneamente ambicioso e exequível", frisou Anja Weisgerber.

O Regulamento prevê outros "incentivos adicionais" destinados a veículos particulares respeitadores do ambiente, como sejam veículos comerciais ligeiros híbridos ou eléctricos. "Através destes incentivos, poderemos acelerar a entrada no mercado desse género de veículos. O mesmo se aplica às chamadas eco-inovações, designadamente painéis solares ou lâmpadas LED", especificou a relatora sombra do Grupo do PPE.